

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu-se a **Assembleia de Freguesia de Vialonga**, em **Sessão de caráter Ordinário**, por videoconferência, sob a Presidência do Sr. **Fábio Mousinho Pinto** e secretariada pela Sra. Joana Aruil, 1ª Secretária e pelo Sr. Paulo Nogueira, 2º Secretário, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)

II. Período de Intervenção do Público

III. Ordem do Dia

Ponto Um – Atas das Sessões de 30/09/2020 e 18/12/2020 – Aprovação

Ponto Dois – Apreciação da informação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia – Atividade 1º Trimestre 2021

Ponto Três - Mapa dos fluxos de Caixa – Contas 2020 – Incorporação do Saldo – Aprovação

Ponto Quatro – 1ª Revisão orçamental ao Orçamento e GOP de 2021 – Aprovação

Ponto Cinco – Alteração ao Regulamento de Trânsito – Aprovação

Ponto Seis – Isenção do pagamento de taxas de publicidade e OVP (pequeno comércio local), Rendas de Quiosques e Mercados, no âmbito do surto Covid 19 - Aprovação

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: Na bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU), a eleita Ângela Bordalo foi substituída pela Sra. Isabel Maria Rodrigues Pato; na bancada do Partido Socialista (PS) o eleito Telmo Soares foi substituído pelo Sr. João Tremoço e o eleito Bruno Cordeiro foi substituído pela Sra. Mariana Cordeiro.

Registaram-se as presenças dos seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:

Mesa:

- Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais), Presidente
- Joana Aruil (CDU), 1ª Secretária
- Paulo Nogueira (CDU), 2º Secretário

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Paulo Basílio
- Helena Freitas
- Isabel Pato
- Ana Margarida Penedo

Bancada do Partido Socialista (PS)

- Pedro do Canto
- Carina Correia
- João Tremoço
- Mariana Cordeiro

Bancada do Bloco de Esquerda (BE)

- Lina Batista

Bancada do CDS-Partido Popular (CDS-PP)

- Célia Duarte

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Assembleia de Freguesia:

- **Bancada da CDU:** Ângela Bordalo
- **Banda do PS:** Bruno Cordeiro e Telmo Soares
- **Bancada da Coligação Mais:** Não aplicável
- **Bancada do BE:** Não aplicável
- **Bancada do CDS-PP:** Não aplicável

O Executivo esteve representado pelos seguintes membros:

- José António Alves Gomes (Presidente)
- Leonor Alves (Secretária)
- Paulo Antunes (Tesoureiro)
- Jorge Cipriano (Vogal)

Ausentes estiveram os seguintes Membros da Junta de Freguesia:

- António Mateus (Vogal) ausente por motivo de doença

Havendo quórum, com a presença de todos os Membros da Assembleia de Freguesia, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu início à reunião da Sessão Ordinária, saudando e cumprimentando todos presentes em videoconferência (membros do Executivo da Junta de Freguesia, eleitos das bancadas da Assembleia e pessoas no público).

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia**, por ser a 1ª sessão do ano e mesmo dentro do contexto de pandemia, desejou um ano positivo, com saúde, dentro do possível. Esperando a retoma de alguma da normalidade social, em liberdade, fora do resguardo obrigatório, transmitiu uma mensagem de esperança com espírito produtivo.

Face à informação que tinha feito chegar a todas as bancadas, deu nota de que não estavam reunidas as condições para que a sessão pudesse ocorrer presencialmente pelas duas condições que estipulou serem essenciais: o distanciamento de 2 metros entre as pessoas presentes; haver a transmissão através do canal YouTube com as condições apropriadas, aquilo que tinha sido uma conquista do presente mandato. Apesar da terceira fase de desconfinamento possibilitar a realização da sessão presencialmente, decidiu, por uma questão de prudência, responsabilidade e ponderação, assumir essa decisão e realizar a sessão por videoconferência. Dadas estas informações, solicitou à 1ª Secretária, Joana Aruil, que procedesse à leitura da correspondência chegada ao Executivo.

A 1ª **Secretaria, Joana Aruil** informou que tinha chegado os votos de bom ano de 2021 por parte da AHBVV. Uma recomendação da Comissão Especializada Permanente de Toponímia, Transportes, Mobilidade e Segurança para uma reunião no dia 17 de março, pelas 21h00. Foi rececionado um convite da CMVFX para, proceder a uma visita às obras na Freguesia de Vialonga, na União de Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, com o Sr. Presidente da Câmara de VFX, no dia 10 de abril de 2021.

O Sr. **PMAF** esclareceu, para que ficasse claro, não ter promovido a leitura das atas para poder votá-las, que teria lugar na sua primeira intervenção, porque existia um ponto específico para esse efeito, excecionalmente, em face das circunstâncias que os acompanharam no ano de 2020, seria nesse ponto que fariam a devida votação das atas. Por uma questão de ordem de indicação e uma vez que o CDS-PP tinha 2 saudações e a bancada da CDU tinha 1, propôs, não havendo inconveniente, que iniciasse a eleita do

CDS, depois a bancada da CDU e terminasse com a eleita do CDS. Ficou registado, a devida anuência de que não havia nenhum inconveniente por ambas as bancadas.

Célia Duarte (CDS-PP): cumprimentou todos os presentes, mesmo os que assistiam via online, desejou saúde e um feliz 2021. Passou a ler uma saudação ao 25 de Abril.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita Helena Freitas da CDU. Deu nota de que também havia a indicação da pretensão da bancada do PS em ler também uma saudação.

Helena Freitas (CDU): Cumprimentou todos os presentes. Passou a ler uma saudação com o título "Ao 47º aniversário do 25 de abril e ao 1.º de maio".

O **Sr. PMAF** deu a palavra à eleita Célia Duarte do CDS-PP, para ler a sua 2ª saudação.

Célia Duarte (CDS-PP): Passou a ler a 2ª saudação, "Prémio SeaBeyond, um projeto global promovido pela UNESCO, atribuído a um grupo de alunos e professora da EB23 de Vialonga".

O **Sr. PMAF** passou a palavra à bancada do PS, na pessoa do eleito João Tremoço.

João Tremoço (PS): Cumprimentou todos os presentes bem como quem assistia via online. Passou a ler a saudação ao 25 de Abril.

O **Sr. PMAF** deu a palavra às intervenções das bancadas pela ordem das inscrições, iniciando pela eleita Célia Duarte do CDS-PP.

Célia Duarte (CDS-PP): Como já vinha sendo recorrente nas suas intervenções iria falar sobre transportes. Disse já ser notícia que a RL, iria utilizar autocarros elétricos nas seguintes carreiras e percursos: 320 (Arieiro- estação de Alverca); 329 (Campo Grande Quinta da Piedade - Póvoa de Santa Iria); 330 (Estação do Oriente - Forte da Casa). Eram viaturas com três portas, lotação de 70 passageiros, adaptados para transporte de passageiros com mobilidade reduzida, amigos do ambiente, inclusivos e mais confortáveis. Não tinham nada contra as duas cidades, que já eram servidas por este tipo de autocarros, porém desejava que estes servissem também a população de Vialonga, até porque era a única freguesia do concelho de VFX que não tinha acesso direto ao comboio.

Recordava a reunião havida entre a Comissão de Transportes da AFV e o Administrador da RL, o Sr. João Cunha, a 12 de novembro de 2019, na qual, o senhor informou ser intenção da empresa, após término dos concursos internacionais, avançar com autocarros de maior lotação, para melhorar os serviços aos passageiros. Recomendava ao Sr. PJF que, como máximo representante institucional da Freguesia de Vialonga (FV), estabelecesse contacto com a RL, no sentido de relembrar o que tinha sido afirmado nessa referida reunião, sensibilizando a empresa para a colocação deste novo tipo de autocarros, ao serviço da população de Vialonga. Preocupava-a no entanto, se estes autocarros, circulariam ou não com excesso de lotação e se estariam a ser cumpridas as regras da DGS.

Outra questão tinha a ver com as obras que tinham sido feitas na estrada de acesso ao túnel e que tinham resultado naquele caminho pedonal, que não era o ideal, mas tinha sido o possível naquele espaço. Também tinham feito ali duas lombas. Estavam quase no fim do mandato e, na Rua Octávio Pato, continuavam sem as tão desejadas lombas, que

tardavam em chegar. A outra questão prendia-se com o mau estado do piso na estrada de Alfarrobeira, disse ser um jackpot tentar não acertar no buraco.

Questionou sobre a situação da limpeza das ervas e das bermas, sabendo que o Sr. PJF já tinha informado não ter encontrado a solução ideal, para evitar os químicos. Lamentou o abandono das agências bancárias na Freguesia, nomeadamente BPI, Santander, o Millennium, BCP, e que a CGD, sendo um banco público, se preparava também para abandonar a freguesia. Era a crónica de uma morte anunciada para uma freguesia que era só a 3º maior do concelho e com maior tecido empresarial. Disse que a CGD não trabalhava por objetivos, não haveria interesse em captar clientes mesmo sendo Vialonga tão extensa e com um tecido empresarial tão grande. Lamentou que, a não ser que fosse nos supermercados, não houvessem caixas de multibanco em Vialonga e para quem era cliente destes bancos, seria obrigado a deslocações aos seus balcões noutras freguesias.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Eleito Pedro do Canto do PS.

Pedro do Canto (PS): Cumprimentou todos os presentes bem como todos os que tentavam assistir via online devido a uma inesperada interrupção, através do YouTube. Iniciava com uma palavra de agradecimento e de solidariedade para com o Sr. PMAF, por ter repensado a sua posição em relação à realização da sessão, quando o concelho de VFX estava com uma incidência ainda elevada de Covid, no âmbito da AML e que tinha a ver com dois surtos nas escolas da Póvoa e de Alverca. Continuavam a defender que devia ser privilegiada a segurança em detrimento de qualquer situação que pudesse colocar em causa algum foco de contágio, até mesmo no âmbito dos eleitos da freguesia. Enquanto autarca, achava que deveria dar o exemplo e ainda mais quando não tinham público presente nesta sessão, com os meios informáticos a funcionarem muito bem.

Registava e já não era a primeira vez que acontecia, acabar por ser a própria bancada do PS a convocar a eleita Carina Correia, que não tinha sido convocada para estar na Assembleia, situação que os desagradou bastante. Também não tinham recebido toda a documentação que estava prevista para a Assembleia, assim como a informação escrita do Sr. Presidente. Não sabia se isso tinha acontecido às restantes bancadas.

Associavam-se também às preocupações da eleita do CDS-PP, relativamente ao encerramento das agências bancárias. Havia uma nota de desgosto da sua bancada, em sessões anteriores, perante o encerramento dos seus balcões em todo o concelho, nomeadamente em Vialonga, que estava a sofrer com a redução de serviços. Pretendiam saber quais as diligências feitas pelo Sr. PJF, quando esta diminuição ainda iria ser maior, com o previsto encerramento do balcão da CGD.

Congratulava-se, como eleito e como vialonguense, pela situação encontrada para a futura piscina de Vialonga, no espaço conhecido como os poços galegos. Era muito importante, como autarca, concretizar tudo aquilo que as populações almejavam, era um bom exemplo daquilo que era a necessidade do equipamento com a interligação e enquadramento na paisagem. Disse que o *exlibris* de Vialonga era neste momento o Parque Urbano da Flamengo e não merecia ser desvirtuado na sua essência, com a existência de uma barreira visual, mesmo que essa fosse a piscina de Vialonga. Este caminho mostrava em 1º lugar, a preocupação, em 2º lugar o compromisso do município em relação a Vialonga e às suas piscinas, apesar das dificuldades e da demora na concretização do projeto, o bom senso em não construírem o equipamento no sítio errado.

Em 3º lugar, a preocupação do mesmo Executivo Municipal em gerir bem os dinheiros públicos, nomeadamente na aquisição de terrenos, num contexto de diminuição de receitas e de quebra orçamental em plena pandemia, era um compromisso que servia

perfeitamente os interesses dos vialonguenses. Em 4º lugar era não entrar em eleitoralismos pré-autárquicas, estavam convictos que o estudo prévio e o projeto, iriam refletir as questões estéticas, visuais de contínuo paisagístico. Por isso o Executivo Municipal estava de parabéns, disse.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito Paulo Basílio, da CDU.

Paulo Basílio (CDU): Cumprimentou os presentes, assim como os que assistiam via oline. O primeiro reparo que fazia era relativamente ao Bairro Nascente do Cabo que tinha tido uma intervenção parcial, com uma área bem arranjada e a outra degradada. Solicitava ao Sr. PJFV que insistisse junto do Executivo Camarário, para que o projeto de 2009 fosse concretizado, pois parecia uma divisão artificial de um mesmo bairro.

A estrada do túnel tinha sido finalmente intervencionada, valia a pena continuar a insistir, embora se avançasse aos poucos. Questionava o Sr. PJFV se sabia que algumas das lajetas colocadas recentemente já estavam partidas e, porque não tinham aproveitado para, durante a execução da obra, resolver o problema da canalização das águas pluviais. Comentava sobre a questão do fecho das instituições bancárias, inclusive a CGD, que era suposto ser um banco público, mas, quanto a si, era mais uma privatização de sucesso.

Subscreviam as preocupações da eleita Célia Duarte do CDS-PP, em relação à RL, acrescentando que era mais uma privatização de sucesso e estas eram tão fenomenais, que os portugueses, utentes, público, tinham ainda que pedir favores a estes administradores, instituições, para que prestassem os serviços que lhes competia, quando tinham mais era que justificar a sua existência, dando condições, de serviço público como instituições financeiras. Isto era tudo, menos o 25 de abril a funcionar, talvez fosse mais o 25 de novembro, disse. Nenhum autarca ou representante governamental teria de pedir favores de joelhos a quem mostrava ter a força para fazer o que quisesse e ainda ficasse impune. Encerramentos, prestação de maus serviços, concluindo que o crime compensava e já nem falava da situação judicial no país.

A sua bancada estava satisfeita com a situação das piscinas, mas para quando a sua conclusão e se, inicialmente, a obra estava projetada no projeto urbanístico da Quinta da Flamengo, era porque tinha havido uma aprovação para o seu local. Dizer que, era uma questão de estética, para mudar de sítio, era estranho. Mas aceitavam. Contudo, não queria ver as obras arrastarem-se, pois os projetos arrastavam-se e Vialonga continuava, a ser discriminada e não era por uma questão de gestão municipal, em termos financeiros, pois via celeridade e dinheiro para outras freguesias. A bancada da CDU vinha mais uma vez Junto do Sr. PJ, para que insistisse nas sessões de CM, na conclusão de todo um conjunto de obras que já deviam ter sido executadas e não arrastadas. Dava o exemplo da situação da estrada da Alfarrobeira que tinha de ser definitivamente resolvida. O problema do pavimento, o problema gravíssimo de circulação pedestre, os acidentes ocorriam e não bastava lamentar os factos depois de acontecer. Tinha que haver capacidade e vontade política para resolver estes casos graves e urgentes. Os mandatos iam passando e os vialonguenses continuavam esquecidos.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita da bancada do CDS-PP.

Célia Duarte (CDS-PP): Disse querer fazer alguns comentários e porque não tinha percebido bem o que o eleito Paulo Basílio, (CDU), tinha dado a entender sobre a privatização da CGD, desconhecia tal intenção, pois para si continuava a ser um banco público, pediu que o eleito a pudesse elucidar sobre esta questão.

Depois, sobre andar a mendigar ou a pedir favores aos administradores das empresas que foram privatizadas, lembrava que a questão dos transportes era gerida pela AML, e o primeiro secretário da AML, todos sabiam quem era, competia-lhes fazerem alguma coisa. Não considerava pedir favores a ninguém, enquanto vialonguenses sabiam e viviam esta realidade, considerava sim, reivindicar direitos e apontar as necessidades. Tal como a CDU, a bancada do CDS-PP, só queria que o órgão máximo da freguesia defendesse os interesses, nem que para isso, tivesse que insistir 10 vezes em AM e com a mesma pessoa, era para isso que estava na Assembleia.

A **1ª Secretária** deu a palavra ao eleito Sr. Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Na sua primeira intervenção enquanto eleito da Coligação Mais, apresentou duas notas. A 1ª nota era de que a sua bancada se associava à preocupação demonstrada pela bancada do CDS-PP e pela bancada do PS. Acreditavam que também a bancada da CDU tivesse manifestado esta preocupação, apesar dos comentários que tinham sido feitos e sendo uma preocupação generalizada, pediu que o Sr. PJF esclarecesse que informações havia e que diligências já tinham sido feitas, em relação ao despovoamento de instituições bancárias da FV. Sendo de elementar justiça e conhecimento de todos que a FV aumentava a sua densidade populacional, era a 3ª freguesia maior do concelho e algumas destas decisões, não faziam sentido.

Em face do momento que estavam a viver, a bancada da Coligação Mais, solicitava ao Sr. PJF um esclarecimento sobre o ponto de situação, quanto às diligências promovidas pela JF no que dizia respeito à atual pandemia da Covid-19, dada a situação singular do concelho de VFX e também a FV. Perceber, em relação à JF, que tipo de apoios tinha sido dado, qual era o estado atual dos serviços da própria JF, das principais necessidades e dificuldades sinalizadas pelos fregueses na freguesia.

Simultaneamente, esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do centro comunitário, se estaria aberto ou encerrado, e se sim, qual o tipo de atividade que estava a ser feita. Fez um esclarecimento sobre a sua posição de intervenção, enquanto PMAF e na condição de eleito da Coligação Mais.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF, dado ser pertinente promover os devidos esclarecimentos às várias intervenções das bancadas.

O **Sr. PJF** cumprimentou todos presentes, a quem os seguia no YouTube, assim como o técnico que desempenhava o trabalho de audição.

Relativamente às questões colocadas pela eleita Célia Duarte (CDS-PP), sobre os transportes, manifestava a sua concordância. Ao longo do mandato, tinha sido uma das áreas com a intervenção e todas as bancadas, na necessidade de um reforço de melhor servir a população da Vialonga. Era a freguesia que mais crescia no concelho de VFX, nomeadamente na faixa etária da população mais jovem. Eram fatores de preocupação que levavam a questionar sobre estas melhorias para a freguesia. Ao longo dos 4 anos de mandato e quase estavam no seu final, continuavam a manifestar uma total preocupação com os perigos de circulação na estrada da Alfarrobeira. Eram construídas superfícies comerciais, zonas industriais à volta da freguesia, a população tinha crescido mais do dobro na última década e a estrada de Alfarrobeira era a mesma, que servia a freguesia havia mais de 50 anos. Manifestava a preocupação de todo o executivo e partilhava o sentimento de todos os familiares daqueles que tinham falecido nesta estrada. Era o exemplo de que havia um descuido dos responsáveis por melhorar as acessibilidades e a qualidade de segurança das pessoas que circulavam na freguesia.

Em relação à estrada do túnel, disse ter acompanhado o Sr. PCM na visita a esse mesmo espaço, onde teve oportunidade de esclarecer sobre o ponto da situação. A intervenção da CM, traduzia-se no alcatroamento da estrada na sua totalidade e a colocação dos pilaretes, mantendo-se as lajetas colocadas pela JF havia muitos anos. Fez-se a obra e não foi solucionado o problema das lajetas. Explicou ao Sr. PCM que quando acontecia o cruzamento de viaturas, uma tinha de circular por cima das lajetas, por falta de espaço, partindo uma ou outra, quando apenas rachava, encostava-se para dentro da valeta, ficando numa situação de perigo. Já tinha provocado um acidente com uma senhora que passou por cima das lajetas e caíram ambas para dentro da valeta. A senhora magoou-se, foi para o hospital com ferimentos numa perna. Tinha tido sorte, pois a lajeta que pesava cerca de 155 kg não lhe caiu em cima só lhe raspou a perna. Aconselhava as pessoas a não circularem na estrada do túnel, por cima das lajetas por constituir um perigo de vida, lamentando que uma obra realizada havia tão pouco tempo, não tivesse salvaguardado a protecção das pessoas. Aquela obra tinha que ser repensada, havendo até a concordância do Sr. PCM e do Sr. Vice-Presidente para tal.

Sobre as ervas nos passeios, era uma questão que preocupava o Executivo da JF, porque estavam reunidas as condições climáticas para a sua predominância por todo o lado. A remoção feita com as habituais maquinas, era impossível porque estas apanhavam pedras minúsculas, que saíam disparadas e mal tocavam num vidro de um carro, este estava partido. Constatou através da ANAFRE, que muitas das CMs tinham apostado na monda térmica, uma solução que estava para lá da sua capacidade financeira de investimento. Como alternativa a este processo, tinha adquirido um tanque em plástico, um doseador e quando o tempo permitisse, aplicavam água e sal por cima dos passeios, para melhorar a monda.

Relativamente ao encerramento das agências bancárias, era uma situação iniciada noutras freguesias já lá iam 3 anos e meio. Em Alhandra, apesar dos protestos da população ainda não tinha sido resolvido. Agora acontecia em Vialonga. Disse ter reunido com todos os responsáveis dos respetivos bancos, Millennium, BPI, Santander, menos a CGD e explicou que a CGD, tinha ordens hierarquicamente superiores que determinariam o seu encerramento devido a não ter condições de funcionamento, face à diminuição de clientes. Este processo já tinha ano e meio com a supressão de alguns serviços ao balcão, mas que por enquanto não fechava. Tinha recebido a notícia durante o dia que afinal iria encerrar e já estavam numa fase de fechar balcões a nível nacional. Manifestou a sua preocupação, mas foram todos determinantes ao afirmarem que também eles gostariam de trabalhar na freguesia, mas cumpriam ordens de encerrar os balcões.

Em relação ao Millennium, solicitou que, pelo menos, deixassem a caixa de multibanco. O gerente da área aceitou a sugestão que iria colocar à administração, porque a loja até era do próprio banco, sem garantir, mas era uma proposta apresentada pelo PJF, desconhecendo qual o seu desfecho. Deu a entender que como Presidente e força autárquica, a sua posição de força, e dava o exemplo de Alhandra, em que o Sr. PCM ainda não tinha conseguido demover o Ministro das Finanças ou o Secretário de Estado, com quem tinha reunido para que aquele balcão voltasse a funcionar, era semelhante, na dificuldade que existia em termos autárquicos, para combater com estas forças, que eram as entidades bancárias. Estavam à mercê da posição dos bancos, à ganância dos seus acionistas e esquecer a população, principalmente os mais idosos. Reconhecia que muitas pessoas faziam as transferências, os pagamentos via internet, mas havia ainda uma faixa etária de mais idade, que recorria aos balcões entre os dias 8 e 12 de cada mês.

Relativamente ao Bairro Nascente do Cabo, disse ter feito uma visita ao local com o Sr. PCM. Tinha havido uma intervenção da CM que melhorou significativamente uma parte do bairro, havia um polidesportivo que estava completamente degradado, tendo sido feita

uma reestruturação, demonstrando uma melhor qualidade e robustez, porque o investimento tinha sido aplicado. Paralelamente, havia uma outra situação preocupante, a acontecer, que era a construção clandestina, com algumas habitações que estavam a fugir ao enquadramento e que já tinha denunciado à CM. Nessa visita foi feito um levantamento fotográfico para análise da situação. Concluiu que o Bairro Nascente do Cabo merecia uma reestruturação, pois tinha caído no esquecimento o projeto que vinha de 2009.

Sobre a construção das piscinas esperava que não acontecesse o mesmo aquando da demonstração de um projeto, assinado por Sidónio Pardal, para a Mata do Paraíso, com a presença do executivo camarário. Até hoje não tinha saído do papel. Também a promessa das obras para a Escola EB 2/3, a sua primeira prioridade, onde deviam apostar com muita força, era a única escola do concelho de VFX que iria continuar com amianto. Era urgente salvaguardar a saúde, todos os eleitos tinham tido lá os filhos, netos a aprenderem debaixo do amianto, e teriam os bisnetos debaixo do amianto, porque este não era retirado. O estado de degradação e de dificuldade que a Escola EB 2/3 tinha em responder a muitos alunos, que não tinham recursos financeiros, para ter computadores e internet em casa, e não podendo, não usufruíam da mesma capacidade, nem estavam em iguais circunstâncias com os restantes alunos, porque a escola, também, nesta área, estava muito debilitada, era uma grande preocupação a que os eleitos deviam estar atentos. Pediu dizendo que havia mais duas assembleias ordinárias, até final do mandato, onde a JF e AF se deviam empenhar e exigir, com urgência, que fosse eliminado o estado de degradação em que se mantinha a escola EB 2/3, ao longo dos anos.

Relativamente à preparação do envio dos documentos para os trabalhos da Assembleia, iria ver a situação com a funcionária Rosário Arez, lamentava o fato de o eleito Pedro do Canto (PS) não ter comunicado a situação logo na altura, porque os serviços tinham feito essa correção. Pediu desculpa e esperava não voltar a acontecer.

Relativamente às lombas da Rua Octávio Pato, informou que as lombas e as pinturas de passadeiras era um trabalho que devia ser executado pela CM, aquando da aprovação daquela urbanização, porque estava no projeto, mas, já que a CM se desmarcou desse compromisso, a população teve que recorrer ao orçamento participativo para conseguir a conclusão de um trabalho, que não tinha sido executado. Já tinham tido reuniões e contactos com a CM, juntamente com os moradores, porque, foram eles que ganharam o orçamento participativo, do ano de 2019 e já iam em 2021. Embora a CM apelasse a todas as pessoas para participarem no orçamento participativo, já lá iam 3 anos ainda nada tinha sido feito naquilo que as pessoas votaram. Iam sair do mandato anterior e entrar para o futuro mandato, com um projeto de 2019, que ainda não tinha sido feito em 2021. Não devia cair no esquecimento e os moradores iriam continuar a apelar junto da CM e denunciar o atraso que estavam a sentir na resolução destes problemas.

Em relação à pandemia Covid19, disse que a JF prestou todo o apoio possível à população. Organizou e transportou idosos para o centro de vacinação no Campo do Cevadeiro. Foram chamados à atenção, porque tal função era da responsabilidade da Proteção Civil, apesar de haver pessoas contactadas à última da hora, que não tinham transporte e quando o pediam, ficavam horas à espera, pelo transporte da Proteção Civil. Quanto a si pôde resolver logo a situação, porque tinha transporte e ocorreu a tempo à sua vacinação, mas algumas pessoas de idade desmaiaram, pelo tempo de espera pelo transporte que estava a ser demorado.

Realçou o fato de haver uma parceria com a AVAVILLA a quem deixava o seu agradecimento na pessoa do Sr. António Gonçalves, pela disponibilização do seu tempo e trabalho voluntário no transporte das refeições, a casa dos alunos, quando a escola EB 2/3 não tinha condições para entregar a comida às crianças. Em tempo de confinamento, a AVAVILLA tinha vindo a prestar um belíssimo trabalho, em parceria com a JF, em levar os

bens alimentares a casa das pessoas com Covid19, no período de quarentena. Houve sempre um acompanhamento salvaguardando e apoiando o surgimento de mais situações. O centro comunitário, apenas mantinha o serviço aberto para as técnicas da CM que tinham os seus gabinetes, o resto das atividades, como a Orquestra estava inactiva devido às medidas de restrição Covid19.

O **Sr. PMAF** disse que a sua primeira nota era sobre o erro aquando da partilha da informação junto dos eleitos efetivos da bancada do PS. Já lhe tinham feito chegar essa dificuldade e iria junto dos serviços perceber, se tinha havido alguma alteração e tão breve quanto possível, dar nota disso mesmo. A segunda nota, tinha a ver com o período antes da ordem do dia, com um período estipulado. No entanto, tomou a liberdade de dar alguma extensão, uma vez que não tinha chegado nenhuma pergunta relativamente à intervenção do público. Informou haver inscrições das bancadas do PS e da CDU e seguindo a ordem das inscrições, passou a palavra ao eleito da bancada do PS.

João Tremeço (PS): Sugeriu ao Sr. PJF, que os funcionários da autarquia usassem o mesmo procedimento, relativamente à limpeza dos passeios, que era utilizado em Alverca e na Póvoa de Santa Iria, onde era usado um painel que era suportado por um trabalhador, enquanto o outro andava com a máquina a trabalhar, protegendo pessoas e bens das pedras que eram projetadas.

Fazia ainda duas declarações da bancada do PS, a 1ª era uma congratulação perante a CMVFX pelo esforço empreendido na construção do novo Centro de Saúde de Vialonga. O imóvel do ex Ninho de Empresas de Vialonga e que tinha sido alvo de obras de reconversão, adaptação e melhoria, para se transformar nas novas instalações da USFV. Tinha sido formalmente entregue pelo Município de VFX à ARS de Lisboa e Vale do Tejo. Cabia agora à ARS a responsabilidade de transferir os equipamentos, o pessoal do antigo para o novo centro de saúde, bem como equipar o imóvel. Continuava por definir uma data oficial para a inauguração. O edifício tinha sido cedido mediante um protocolo de cooperação estabelecida em setembro de 2017, representando um investimento total de 800.000,00€, cofinanciado pelos fundos europeus, a CM com um investimento de 400.000,00€. A ARS iria pagar uma renda anual ao município até perfazer o valor global da intervenção. Com melhores respostas aos mais de 20.000 utentes da freguesia, estavam as boas acessibilidades, transportes públicos, centralidade e isolamento adequados. Contava com 22 gabinetes médicos, distribuídos por 3 pisos, novas sala de espera, requalificação do atendimento e espaço exterior, criação de um novo parque de estacionamento, destinado aos profissionais daquela unidade.

A outra declaração apresentada pela bancada do PS era uma congratulação dirigida aos 10 alunos do 8.º ano do Agrupamento de Escolas de Vialonga, que participaram, a convite da Escola Azul e venceram o projeto educacional SeaBeyond, promovido pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO, em parceria com o Grupo Prada. Este projeto internacional visava promover a proteção e a sustentabilidade dos oceanos, através do trabalho de projeto, para elaboração e divulgação de campanhas de sensibilização. A iniciativa contou com a participação de escolas de 8 países, tendo Portugal participado com duas escolas. Era com sentimento de orgulho, que felicitavam estes alunos que representavam o melhor que Vialonga e as suas gentes tinham.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito Paulo Basílio (CDU).

Paulo Basílio CDU: Começou por esclarecer a dúvida de comunicação por parte da eleita Célia Duarte, (CDS-PP), pois não referiu que a CGD estivesse privatizada, porque, quando

isso acontecesse, a eleita e o partido a que pertencia saberiam primeiro do que os eleitos da CDU. Estava a ser gerida como uma instituição privada, pelo Sr. Paulo Macedo, que, enquanto responsável pela Autoridade Tributária, a tinha transformado numa Gestapo, à cobrança de cêntimos. Tinha sido Ministro da Saúde e se lá continuasse, disse, já não haveria o SNS, que tão bem tinha reagido à pandemia. Não era preciso dizer que quem o tinha elegido tinha sido a geringonça partidária clássica que estava interligada, que tinham gerido o país. A gestão era fácil de fazer, alcançavam os lucros reduzindo trabalhadores e menos salários; menos rendas com imóveis; e as taxas e afins que cobravam como utentes. Quando as instruções eram essas, apresentavam os milhões no fim do ano, mas não para benefício de todos.

Relativamente a ter sido referida a participação da AML no que dizia respeito aos transportes, não era a AML e o seu representante pela área de transportes que fazia os contratos de concessão com a RL, eram os governos. E quando essas empresas não cumpriam com os contratos a que foram obrigadas, quase que tinham isenções, faziam o que queriam, como ter trabalhadores em casa, porque não os queriam pôr a trabalhar, porque tinham cobertura legal e político-partidária para isso. Era este o problema das queixas e todas as falhas do sistema rodoviário na AML. Não era culpa do responsável da AML, mesmo tendo sido nomeado pelo PCP. Podia falar desde os CTT, EDP, a PT, e o SIRESP. E para quem não gostava de conhecer as histórias do passado, porque estava tudo interligado, o problema eram estes senhores, privatizados, fazer o que queriam e julgarem-se impunes. Não era o 25 de abril, era o 25 de novembro, disse.

O Sr. **PMAF** passou a palavra à eleita Isabel Pato, da CDU.

Isabel Pato (CDU): Cumprimentou todos os presentes bem como os que seguiam a sessão por via online.

Referiu que os meios financeiros eram finitos e na tentativa de poupar, acabavam por gastar duas vezes. Faziam alguma coisa, mas não o necessário. A estrada do túnel era um bom exemplo disso. Haveria de novo uma aprovação e a deslocação de trabalhadores, para resolver uma situação que podia ter sido evitada. Outro exemplo, era o centro de saúde, que iriam concluir mas que era insuficiente, como aconteceu com o anterior. Sabia que tinha havido propostas dos profissionais de saúde que não tinham sido consideradas.

Passando à questão do hospital, a população ia ser ouvida, no sentido de fazer sugestões e pretensões. Previa que sendo um dos poucos terrenos públicos, estavam a preparar uma situação que talvez não fosse a mais justa. Vialonga, era a terceira freguesia do concelho e a crescer e faltavam muitos equipamentos. Portanto, exigia medidas especiais, uma questão em que as várias forças políticas que representavam a população em Vialonga, deveriam estar unidas, no sentido de encontrar em conjunto uma solução que servisse a aspiração da população de Vialonga.

Sobre as piscinas já lhe tinha visto muitos locais para a sua construção e até davam a entender que era uma situação provocada pela CDU. As piscinas deviam ter sido construídas ao mesmo tempo e em ambos os casos (no Bairro e no Parque) e não o foram; a piscina mudou de terreno e por proposta da CM, veio ainda para os terrenos mais abaixo. O projeto inicial tinha anos e os fundos eram finitos e as despesas acumulavam. Assistia e não só com a freguesia de Vialonga, a uma falta de organização e planificação, onde tudo se fazia pela metade. Era com desgosto, quando via as juntas de freguesia a queixarem-se por não terem verbas para obras. Não percebia, pois tinha que haver mais dinheiro para as JF poderem também decidir das obras que eram necessárias e não estarem à espera que a CM fizesse tudo. Achava que a CM, muitas vezes nem ouvia as opiniões das suas freguesias, nem tão pouco estas sabiam o que estava a ser feito na sua

própria freguesia. As pessoas perguntavam às JF, como era natural, mas as coisas iam acontecendo sem haver notificação, nem informação.

A **1ª Secretária** deu a palavra ao Sr. Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Dava nota do que tinha ouvido quanto às intervenções da bancada da CDU, pela eleita Isabel Pato, quando dizia que as JF deviam estar mais capazes e competentes em tomar certas decisões, e era nessa perspetiva e com agrado que ouvia a CDU a aproximar-se aqui na transferência de competências e pelo que foi dito na intervenção do eleito Paulo Basílio, onde reiterava que a culpa era dos representantes políticos - e estava a citar -, era um pouco nessa lógica que queria voltar a referir aquilo que também já tinha dito anteriormente. Aquando da reunião havida com o representante da RL, foi mencionado que, no âmbito da transferência de competências que iria e estava em curso, em matéria de transportes, a CM teria aqui responsabilidade acrescida, por forma, a fazer chegar àquela empresa o conjunto de necessidades que tinha nas várias freguesias. Era precisamente porque os representantes políticos tinham responsabilidades e competências a exercer, que estavam neste fórum a instar o Sr. PJF para envidar todos os esforços que lhe fossem possíveis, para, junto daquela entidade, manifestar as necessidades. Mas, uma vez que, na próxima semana, ainda em abril, e sendo essa conquista da liberdade, iriam ter AM, um bom espaço em que o representante político responsável pela freguesia, o Sr. PJF, podia sinalizar as necessidades da freguesia, fazendo chegar informação escrita a todas as bancadas, dando nota de que tinha colocado um conjunto de questões e tinha feito um conjunto de apontamentos ao PCM, e que tinha obtido respostas. Julgava que seria muito mais prático para todos terem acesso a essa informação em vez de estarem a assacar responsabilidades. Dizia que o PJF tinha em si um conjunto de responsabilidades que devia fazer usufruto das mesmas, e era nessa senda, que a sua bancada tinha vindo a intervir, por forma, a que pudessem envidar esforços no sentido de informar todos os eleitos e os fregueses de Vialonga e por que motivo era que algumas necessidades ainda não estavam supridas, algumas das quais já mencionadas, de promessas que já foram feitas em 2017, outras obras que iniciaram em 2019, e que, como tinha sido mencionado pelas várias bancadas, em 2021, ainda não estavam concluídas e terminar-se-ia o mandato com algumas pendências que já não deviam existir.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito Pedro do Canto, do PS.

Pedro do Canto (PS): Já estavam muito habituados ao discurso, que era feito pela bancada da CDU, porque centravam-se nos problemas e não nas soluções. Tudo o que era feito pelo PS em Vialonga era mal feito. A construção do centro de saúde, a estrada do túnel, que achava ser uma melhoria considerável, era mal feito. Informou que, o Sr. PJF tinha "posto", e era a palavra certa, algumas notícias n' O Mirante sobre essa matéria, dizendo que estava mal feito. Era o saudosismo do pré-97 onde tudo era bom e tudo se fazia. Mas o Forte da Casa tinha saído de Vialonga a partir de 1985 e teve um posto de correios primeiro que Vialonga.

Fazia um comentário, que tinha a ver com os contratos interadministrativos, uma questão que vinha recorrentemente à AF. Questionava o Sr. PJF, porque seria que, no caso das freguesias do PS, o dinheiro chegava e sobrava, e só nas freguesias comunistas o mesmo não chegava. Ele mesmo lhe respondia porque tinha a ver com a gestão ser boa ou não.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJJ para responder às questões colocadas.

O **Sr. PJJ** disse que a única questão que o levava a responder era relativamente à descentralização de competências. Vialonga era uma Freguesia, com 18.000 quilómetros quadrados, com 22.000 habitantes, iniciava na estrada da Alfarrobeira, na Verdelha de Baixo, terminava na Granja. Tinha um orçamento de 890.000,00€, em que mais de 65% eram despesas com salários, ficando sem saldo para aplicar em obras. Havia um quadro de pessoal de 38 trabalhadores; 6 trabalhadores estavam de baixa prolongada, mas os vencimentos continuavam a ser pagos desse orçamento. Para compensar as 6 baixas contrataram mais 6 pessoas, portanto, havia 12. Concluiu que era natural que a bancada do PS afirmasse que o dinheiro chegava e sobrava nas JF do PS. Os eleitores dessas freguesias diriam de sua justiça. Nem iria comentar o estado de algumas dessas freguesias, cada um responderia por si. Comparando o orçamento que todas as freguesias que rodeavam a cintura industrial de Lisboa recebiam e o orçamento que era transferido pela CMVFX para a JFV, perguntava como conseguiria fazer um trabalho em termos de investimento, de estruturas com um orçamento tão pequeno. Não chegava em Vialonga para que pudesse servir melhor as populações. Não podia haver melhoramentos com este dinheiro nem conseguia fazer um trabalho autárquico e de apoio às populações. Davam um exemplo, colocavam sal nos passeios, porque não tinham dinheiro para fazer morda química. Seria um bom investimento que as juntas poderiam fazer. Também seria muito melhor se a JF tivesse um tapa-buracos, estava péssimo o estado dos pavimentos, em meia hora, tapava o buraco e resolvia a situação. Atualmente demoravam meses a comunicar, com a CM, para virem fazer o tapamento de um buraco. Se houvesse mais descentralização, mais competência, mais meios e mais dinheiro, as JF conseguiriam fazer muito mais trabalho. Dava outro exemplo, quando foram criticados por cortar uma árvore, não foi executado por uma empresa mas sim por um funcionário da JF e foi chamado à atenção. Perguntava a todos se já tinham reparado como estava a FV relativamente às podas e quantas podas a CM tinha feito durante o ano na FV. Havia muitas reclamações, por exemplo, na Avenida Soeiro Pereira Gomes, o autocarro RL tinha que circular fora de mão, porque a árvore ocupava metade da estrada, então a rodoviária pediu à JFV para fazer uma poda, que não tinha autorização para o fazer, mas entretanto a CM não a fazia. Também não havendo poda em novembro, com a queda da folha, os trabalhadores da JF, não tinham tempo para fazer mais nada senão apanhar a folha que caía nas ruas de Vialonga. Podaram 3 oliveiras que tinha o tronco todo podre, a cair para a estrada. Também foram criticados pela bancada do PS, porque cortaram aquelas oliveiras, mas o tronco estava completamente oco e oferecia perigo aos peões. Faziam o melhor pela população, não tinham recursos financeiros para o fazer, numa JF a 15 km de Lisboa. Convidava o Sr. Eleito Pedro do Canto, a visitar a estrada do túnel, agora, depois da obra feita. Em menos de 2 meses já estava numa situação de difícil circulação pois havia uma quantidade de lajetas partidas. Não podiam dizer bem desta obra só para agradar. Visitassem o passeio do lado de lá da Póvoa e visitassem o passeio do lado de Vialonga e verificariam que havia diferença de tratamento por parte da CM para uma freguesia e outra. Infelizmente gostaria que isso não se passasse, mas o investimento era diferente para cada freguesia e a democracia dizia que o trabalho autárquico era igual para todos.

---- PONTO 1 – ATAS DAS SESSÕES DE 30-09-2020 E 18-12-2020 – APROVAÇÃO -----

O **Sr. PMAF** questionou as bancadas se tinha algum comentário a fazer em relação às atas, prévio à votação, passando a palavra ao eleito Pedro do Canto (PS).

Pedro do Canto (PS): Queria elogiar a forma como estavam a ser construídas e organizadas as atas. Dar os parabéns a quem as redigia, estavam mais inteligíveis e com melhor leitura.

O **Sr. PMAF** também aproveitava para agradecer essa chamada de atenção positiva por parte da bancada do PS, havendo um caminho ainda a aprimorar, considerando que tinha sido uma premissa assumida por todas as bancadas, em sede de conferência de líderes, fazer um caminho nesse sentido, em que os eleitos foram unânimes nessa matéria, estando a encontrar um ponto melhor do que aquele com que tinham iniciado. Para fazer a votação da ata, n.º 3 de 2020, referente a 30 de setembro de 2020, reiterou quem foram os eleitos presentes, para evitar que não houvesse nenhuma imprecisão.

Na bancada do BE, eleita Lina Baptista; na bancada do CDS-PP, eleita Célia Duarte; na bancada do PS, eleitos Pedro do Canto, Pedro Fernandes, Mónica Trindade e Mariana Cordeiro, a votação desta ata só poderia ser feita pelo eleito Pedro do Canto e a eleita Mariana Cordeiro; na bancada da CDU, eleitos Joana Aruil, Margarida Penedo, Ângela Bordalo, Paulo Basílio, Helena Freitas, sendo que os eleitos Paulo Basílio, Helena Freitas, Margarida Penedo e Joana Aruil, poderiam exercer o seu direito de voto; na bancada da Coligação Mais o eleito Fábio Mousinho Pinto.

A **1ª Secretária** confirmou as presenças para a contagem da votação, PS 2, CDU 4, 1 do CDS, 1 da Coligação Mais e 1 do Bloco de Esquerda.

O **Sr. PMAF** reiterou o procedimento que julgou ser o mais apropriado pediu que o eleito Pedro do Canto, (PS), eleito Paulo Basílio, (CDU), eleita Célia Duarte (CDS-PP) e Lina Batista (BE), pudessem pronunciar-se qual o sentido de voto e feita a votação informou que a ata n.º 3 era aprovada por unanimidade, vulgo 9 votos.

Passou à votação da ata n.º 4. Presumindo não haver comentários a fazer, sublinhou as presenças no que dizia respeito à reunião da sessão ordinária de 18 de dezembro e à ata n.º 4: a eleita Lina Baptista (BE); a eleita Célia Duarte (CDS-PP), os eleitos Telmo Soares, Pedro Fernandes, João Tremoço e Mariana Cordeiro, (PS), portanto, os eleitos João Tremoço e a Mariana Cordeiro poderiam fazer a votação; os eleitos Ângela Bordalo, Paulo Basílio, Helena Freitas, Margarida Penedo, Isabel Pato e o eleito Paulo Nogueira (CDU); na bancada da Coligação Mais, contava a sua presença. Pediu confirmação aos serviços da mesa.

A **1ª Secretária** confirmou a contagem de 10 eleitos, para a votação da ata n.º 4.

O **Sr. PMAF** confirmou que a ata n.º 4, referente a 18 dezembro de 2020, tinha sido aprovada por unanimidade, ou seja, com 10 votos.

----- PUNTO Nº 2 – APRECIACÃO DA INFORMACÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA – ATIVIDADE 1º TRIMESTRE 2021 -----

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para apresentação do ponto n.º 2.

O **Sr. PJF** informou que tinha sido um trimestre, bastante complicado, com a nova incidência da Covid19 e todos os constrangimentos, com alguns trabalhadores internados, outros com sintomas da doença, o que tinha obrigado a uma gestão do quadro de pessoal muito restrita, com funcionários em teletrabalho. Tinha havido uma limitação na execução dos trabalhos assegurando no entanto a limpeza do espaço público, a limpeza de jardins e

abrigo de passageiros. No Parque Residencial, tinham sido feitas algumas intervenções no melhoramento e na criação de canteiros em algumas zonas. Tiveram a colocação de pilaretes, a pintura de infraestruturas no cemitério, ainda um conjunto de atividades possíveis, retirando o trabalho na área de jardinagem e desmatção, até por causa dos períodos chuvosos. Informou que as receitas estavam equilibradas, tinham 26% no total de receitas cobradas pela JF, financeiramente e em termos de controlo orçamental, estavam dentro dos parâmetros. Estava disponível às questões.

O **Sr. PMAF** informou não ter recebido nenhuma inscrição e estavam reunidas as condições para passar ao ponto seguinte.

----- PUNTO Nº 3 – MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA – CONTAS 2020 –
INCORPORAÇÃO DO SALDO – APROVAÇÃO -----

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para que fizesse a apresentação deste ponto.

O **Sr. PJF** depois de uma pequena troca na apresentação dos pontos, esclareceu que os fluxos de caixa era uma nova versão que tinham de apresentar. Sugeriu que as bancadas colocassem questões sobre os dois pontos, e falaria depois do presente e o próximo.

----- 4º PUNTO – 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GOP DE 2021 –
APROVAÇÃO -----

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para apresentar o 4º Ponto da Ordem do Dia.

O **Sr. PJF** informou que da integração do saldo no valor dos 32.000,00 €, 25.000,00€ era para o pagamento do subsídio de solidariedade. Como todos sabiam, o orçamento geral do Estado, e bem, disse, tinha contemplado as Câmaras Municipais e as autarquias com este subsídio para os trabalhadores que desempenhassem funções na rua tivessem direito a ter um subsídio. E, portanto, veio alterar a intenção da JF, informada na última sessão da assembleia, em que a integração do saldo se destinava a comprar uma carrinha. Tal não iria acontecer, porque este subsídio tinha um encargo para a JFV na ordem dos 26.000,00 a 27.000,00€. Iriam refletir o dinheiro para o pagamento deste subsídio, porque achavam que era justo ser canalizado para esta situação. Havia a colocar 3.000,00€ para limpeza urbana, porque era onde havia mais dificuldade e necessidade; no mobiliário urbano, e também na sinalização e trânsito. Portanto, dentro deste enquadramento, se as bancadas tivessem alguma questão ou sugestão a acrescentar para algo que devia ser melhorado, estava disposto para alguns esclarecimentos.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita do CDS, Célia Duarte.

Célia Duarte (CDS-PP): Depois de confirmar que se tratava realmente do ponto nº 2, disse que relativamente a este ponto, a partir dos documentos, evidenciava-se desde logo a total ausência de investimento durante um trimestre inteiro. Verificava-se também o consumo de dois terços do orçamento em horas extraordinárias, apenas no primeiro trimestre, que revelava, ou carências de gestão, ou carências de organização. Outro sinal de dificuldades de planeamento resultava de estar praticamente esgotado o orçamento da rubrica "outras conservações", que deveria servir para suprir situações inopinadas e pontuais, que surgissem ao longo do ano. Se foi esgotado no primeiro trimestre, era por falta de

capacidade de planear e orçamentar adequadamente os trabalhos, logo desde o início do ano. Concluiu ser uma gestão errática.

O **Sr. PMAF** disse que tratando-se do ponto 2, que entretanto já tinham passado, por não haver inscrições, ficava naturalmente o apontamento, e se o Sr. PJF achasse oportuno, podia também promover os devidos esclarecimentos. Passou então a palavra ao eleito da bancada do PS, Pedro do Canto.

Pedro do Canto (PS): Disse ter algumas dúvidas que importava esclarecer, sob pena de ele próprio não votar o ponto, não era uma questão de bancada, ele próprio tinha dúvidas; depois, se a bancada do PS entendesse que estas dúvidas eram comuns a todos, diriam. Quanto a si passava a explicar. Sabia que era uma orientação, que a prestação de contas poderia ser apresentada mais tarde, portanto, no ano de 2020, e para o Tribunal de Contas, a prestação de contas podia ser apresentada até 30 de junho de 2021. Mas havia que dizer que essa não apresentação de contas decorria da impossibilidade, em primeiro lugar, de não se realizarem reuniões. Portanto, era verdade que o podiam fazer, gostaria de saber porque a prestação de contas não era apresentada agora, porque estavam a fazer uma reunião, podiam estar a apresentar as contas e estarem a fazer a votação. Mas não era essa a sua dúvida. Essa era uma questão que gostaria de perceber. Não que a Junta estivesse a cometer algum tipo de ilegalidade ou algo do género. Já em relação à forma como era apresentada a gestão dos fluxos de caixa, tinha muitas dúvidas. Teve o cuidado de verificar e até de socorrer-se, porque não era financeiro, a alguém melhor do que ele nesta matéria. Viu as notas informativas que tinham saído na DGAL, em relação a esta matéria, e colocaria duas ou três coisas. Passou a citar "*após a aprovação do mapa de fluxos de caixa, pode ser incorporado por recurso a uma revisão orçamental antes da aprovação dos documentos de prestação de contas*", e até aqui, era exatamente o que a JF estava a fazer. Portanto, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo de gerência de execução orçamental, era exatamente o que a JF estava a fazer. A sua dúvida era outra, o que era dito pela DGAL era o seguinte e passou a citar: "*nestes termos, para que a decisão da ordem deliberativa seja devidamente informada, será necessário que o pedido de integração do saldo da gerência anterior seja instruído, no mínimo com a seguinte informação para além do mapa de fluxos de caixa aprovado: informação dos compromissos transitados, informação da execução das grandes orientações do plano, devendo estar individualizada a execução do PPI, informação da execução orçamental, receita e despesa, informação de saldo integrado ao abrigo do n.º 6 do artigo 40.º da lei 73/2013 de 3 de setembro da sua atual redação*". Dito isto, a dúvida era que o Sr. PJF apresentava aqui os mapas de fluxo de caixa, mas não apresentava mais nada. Isto, disse, podia fazer chegar a nota informativa, que decorria e tinha aqui, portanto, artigo 129.º sob a epígrafe "*integração do saldo e execução orçamental, lei n.º 2/2020, de 31 de março, diploma que aprova o orçamento de Estado para 2020*". Como disse, não era financeiro, tentou perceber como esta situação ocorria. E percebeu porque estava claro, o Sr. PJ podia apresentar a prestação de contas depois. Tinha dúvidas era se tinham condições para votar esta questão da integração sobre os fluxos de caixa, porque havia aqui um conjunto de informação que não era apresentada, disse.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF.

O **Sr. PJF** confessou estar tecnicamente com alguma dificuldade em explicar um trabalho que era elaborado pelo técnico oficial de contas que a JF possuía, sabia que 90% das juntas de freguesia, até mesmo no concelho de VFX, faziam a apresentação da prestação

de contas, em junho, porque, por aquilo que a DGAL e o Tribunal de Contas estavam a exigir e para cumprir com as respostas, em tempo útil, não havia ainda fundamento para preencher todos os quadros. Sugeriu por esse motivo a antecipação da próxima AF para dia 18 de junho, para dar tempo e espaço, não por sua conveniência, mas sim pela necessidade que havia de que o Tribunal de Contas facilitasse todo aquele enquadramento que era preciso fazer. Sabia que a dificuldade não era apenas da sua freguesia, outras no concelho também a sentiam, daí o alargamento do prazo, porque as entidades oficiais detetaram ser impossível apresentar, dentro do quadro legal, toda a documentação que estavam a exigir.

Relativamente aos fluxos de caixa, era uma situação nova que aparecia, também elaborada pelo técnico oficial de contas. Relativamente à integração do saldo, achava que entre os fluxos de caixa e a integração do saldo, não haveria qualquer tipo de problema, até porque estava justificada a aplicação do saldo de gerência. Seria sempre visível numa futura AF, elaborado como disse, pelo técnico de contas, partindo de um pressuposto, que estava a ser feito profissionalmente. Informou que o Sr. PMAF também o conhecia da ANAFRE, referia-se ao Dr. Nuno Rocha, que também prestava formação na ANAFRE, dentro da mesma área. Portanto, mais do que ninguém, teria toda a credibilidade para aquilo que apresentava. Mas se o eleito Pedro do Canto achasse que não estava em condições, elaborasse todo o processo, pois fazia questão até de, na próxima AF, a realizar no mês de junho, estivesse presente o técnico de contas e na sua presença, fazer as questões que tivesse a fazer. Seria muito bom resolver agora este quadro, até porque se tratava de uma necessidade premente para pagamento de salários aos trabalhadores.

A **1ª Secretária** passou a palavra ao eleito Sr. Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais.

Fábio Mousinho Pinto (Coligação Mais): Iria ser breve, também para acompanhar a questão levantada pela bancada do PS, nomeadamente pela apresentação dos mapas de fluxo de caixa. Tinha acabado de ouvir o Sr. PJF, tomou boa nota dos esclarecimentos e só para acentuar, tinha outra intervenção preparada, mas, uma vez que já tinha esclarecido, acompanhava esta preocupação, até porque, desconhecendo a ordem de trabalhos de todas as AF do concelho, não conseguia retorquir aquilo que o Sr. PJF tinha mencionado, mas dava como exemplo, em VFX, em que, para além dos fluxos de caixa, também eram apresentados os planos plurianuais de investimentos, o plano plurianual de ações mais relevantes, orçamento de receita, um conjunto de informação documental, técnica, que servia de aditamento aos fluxos de caixa, por forma, a que a votação pudesse ser mais informada e, portanto, o sentido de voto da bancada da Coligação Mais, em face dos esclarecimentos que o Sr. PJF trouxe e, como tinha referido, em junho podiam então também voltar a pronunciar sobre esta matéria, iria ser no sentido de, em relação a este ponto, se abster.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito do PS, Pedro do Canto.

Pedro do Canto (PS): Relativamente à prestação de contas, só precisava de ser esclarecido, sabendo da evidência, que a mesma podia ser apresentada até junho de 2021, não tinha dúvidas em relação a essa matéria. Já não estava nada esclarecido em relação ao resto, porque não sendo financeiro nem da área, tinha tido a preocupação de verificar aquilo que eram as orientações da DGAL, uma vez que estavam a apresentar contas, a parte financeira, esperava que estivesse alguém da parte da JF, até agora tinha sido a funcionária, D^a Rosário e muito bem, mas se houvesse outra pessoa, que estivesse presente para poder esclarecer, porque não se sentia esclarecido, e ainda menos

esclarecido ficou, de acordo com aquilo que o eleito Fábio, o PAF tinha acabado de referir, porque essa era a indicação que ele próprio tinha obtido junto da documentação que também tinha da DGAL. Neste contexto não lhe parecia que o pedido que era feito a esta AF fizesse sentido, porque não podia verificar se aquilo era a informação dos compromissos transitados, a questão das grandes orientações do plano, etc. E isso era o que decorria da lei. E, portanto, se essa informação em falta não chegasse, não se sentia em condições de votar. Que o Sr. PJF não levasse a mal, porque estavam a falar abertamente sobre este assunto enquanto eleitos, mas já não era a primeira vez que esta questão acontecia, ou seja a questão da documentação e de pontos que eram mal instruídos na AF. Havia uma aprendizagem, porque era um processo novo e compreendiam, mas, o Sr. PJF não tinha que saber esta informação, mas tinha que ter o apoio do técnico, a pessoa que estava responsável por este processo na AF. Não era uma questão ideológica, mas não se sentia em condições de votar o ponto, porque estava mal instruído. Se lhe dissessem o porquê de estar assim, aceitava, de outro modo não o podia fazer.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF.

O **Sr. PJF** disse que em relação aos compromissos transitados para 2021, informou que não havia nenhum compromisso para transitar para 2021. Era daquelas situações em que, para já, estavam resolvidas, porque não havia. E afirmar que também não conhecia que na AF se fizesse a apresentação de contas, da prestação de contas das grandes opções do plano, com o apoio de um técnico de contas, quando tinham tido presente o técnico oficial de contas, que era o Dr. Quintelas e agora tinham feito uma nova contratação, com um novo técnico, que, pelo acompanhamento que teve e pelos cursos que foi fazendo na ANAFRE, achou que devia ser a pessoa mais indicada também para este novo sistema que estava a funcionar. Possivelmente, o eleito Pedro do Canto não tinha estado nas duas sessões da AF, onde o técnico de contas tinha feito a sua apresentação e passou a esclarecer e a informar. Em relação aos compromissos transitados, insistiu que se não estavam era porque não existia nenhum para transitar.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito da CDU, Paulo Basílio.

Paulo Basílio (CDU): Sobre o ponto em questão estava de acordo com as palavras do Sr. PJFV quando tinha afirmado que, em junho, todos esses esclarecimentos mais pormenorizados poderiam ser postos, ao próprio técnico de contas que estava no momento a acompanhar essa matéria. Quanto à situação em concreto, que era a aprovação, porque havia a situação da nova verba que teria que ser disponibilizada, a bancada da CDU iria votar a favor.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito do PS, Pedro do Canto.

Pedro do Canto (PS): Quanto a si achava não ter condições para poder votar favoravelmente. Quanto aos colegas de bancada obviamente seriam da mesma opinião, não poderiam votar favoravelmente um ponto que levantava dúvidas, não era a questão da integração do saldo que os iria mover um voto negativo ou um voto contra. Portanto, sobre o compromisso e que ficasse devidamente registado em ata, o compromisso do Sr. PJF esclarecer a sua bancada sobre esta matéria, ficando a nota da desconformidade no ponto e na forma como ela era apresentada. Em Assembleia já não era a primeira vez que esta questão acontecia, insistindo na tentativa de que percebessem que a forma como os

documentos vinham a esta AF tinham de vir de acordo com a lei, até que lhe explicassem o contrário, não podiam votar favoravelmente. Tendo em conta aquilo que disse o Sr. PJ, propunha e aos seus colegas de bancada, se estivessem de acordo, era uma situação diferente e dentro do PS tinham toda a liberdade para cada um votar livremente e da forma como entendiam. Concluindo que não podiam votar a favor, não tinham razões para votar contra e, portanto, seria uma abstenção, com o compromisso do Sr. PJF, de que, na próxima reunião, teria alguém para esclarecer sobre o ponto em questão.

O **Sr. PMAF** sublinhou aqui também os serviços de apoio à mesa para que pudessem, frisar esta indicação que resultava do debate havido sobre este ponto, que, em termos breves e resumidos, que, por desconformidade do ponto ou por, de alguma forma, carecer de esclarecimento adicional, o Sr. PJF comprometia-se a fazer chegar informação documental complementar na AF em junho, ou em data que seria marcada oportunamente, salvo alguma questão em contrário. E também, se houvesse de facto disponibilidade, ou do técnico que pudesse estar habilitado a promover os devidos esclarecimentos, ou de alguém da JF, ou que o Sr. PJ considerasse de facto a pessoa mais apropriada para esclarecer todos os eleitos desta bancada, por forma, a que pudessem votar este ponto em rigor sobre esta matéria, de forma mais esclarecida.

Posto isto, considerando também a excecionalidade trazida pela bancada do PS à votação neste ponto, iria solicitar à bancada da CDU que reiterasse qual o seu sentido de voto. À bancada do PS perguntaria individualmente qual era o sentido de voto, às eleitas das outras bancadas também pediria que se pronunciassem. Perguntou se havia algum inconveniente sobre este modo de votação, e todas mostraram a sua anuência.

O **Sr. PMAF** agradeceu e como já o tinha dito na sua intervenção, reiterava o voto na Coligação Mais sobre este ponto que era a abstenção. Assim sendo o ponto era aprovado por votação da bancada da CDU, com 6 votos a favor, sendo os restantes abstenção. Passavam ainda ao ponto nº 4, primeira revisão orçamental do orçamento e grandes obras do plano de 2021, pedindo ainda assim, como o ponto anterior tinha suscitado algumas questões, ao Sr. PJF que aditasse alguma informação se achasse oportuno.

O **Sr. PJF** como já tinha dito de início, sobre a integração do saldo de gerência, era para aplicar na aquisição de uma carrinha, e como tinha concluído do pouco orçamento que tinham não podiam canalizar esta verba para essa intenção. A maior parte desta verba seria para fazer o pagamento aos trabalhadores, com retroatividade em janeiro, do subsídio de penosidade e insalubridade.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita do CDS, Célia Duarte.

Célia Duarte (CDS): Relativamente a este ponto, e aos reforços de investimento, perguntava o que tinha surgido agora, que justificasse o passar de um valor orçamentado de investimento em mobiliário urbano, de 300,00€, para 3.300,00€. Tinham aqui 1.000% de aumento; e um reforço de 46,5% em sinalização de trânsito. Estas justificações são ainda mais relevantes quando, até ao momento, não tinha sido realizado qualquer investimento durante um trimestre inteiro. Portanto, considerava ser absolutamente normal perguntar por que motivo estava a preparar um volume anormal de trabalhos, no âmbito dos investimentos para os próximos meses, se seriam necessidades prementes ou eleições à vista.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF para proceder aos devidos esclarecimentos.

O **Sr. PJF** disse que não ficava bem à eleita sugerir que a situação se devia à aproximação das eleições quando a verba que tinham era tão diminuta nesta área, e com tantas coisas para fazer. Efetivamente, pegando nos 32.000,00€, e explicando onde o dinheiro iria ser gasto, iriam fazer um reforço para limpeza urbana, porque era onde havia mais dificuldade. Porque dado o quadro de pessoal ser muito diminuto e as áreas de varrição serem muito grandes para o quadro de pessoal existente. Não contando com as pessoas que ficavam doentes por Covid, ou por outra doença e que sobrecarregava outros a fazer a varrição das zonas afetadas por estas faltas. Perguntava se estaria correto sugerir que este reforço de 3.000,00€ seria para fazer campanha eleitoral, quando no fundo nem daria para comprar meia dúzia de vassouras. Quando falavam em mobiliário urbano, se a JF tivesse a necessidade de comprar apenas um abrigo de passageiros, lá se iam os 3.000,00€. O valor de 1.390,00€ para investimento em sinalização e trânsito era um modo prático de reforçar algumas rubricas, até ao final do ano, porque os valores eram muito insignificativos face às dificuldades existentes. Gostaria de poder investir mais na varrição, mas não tinham recursos financeiros. O único valor que teria algum peso, era o de 25.000,00€, a 26.000,00€ para o pagamento do subsídio de penosidade. Referia que não era campanha eleitoral, era a lei, era o orçamento geral do Estado que obrigava a pagar este valor, pelo esforço e pelos perigos que estes trabalhadores corriam na rua pela sua exposição. Quanto à eleita Célia Duarte lá saberia aquilo que estava a dizer, disse.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito Pedro do Canto (PS).

Pedro do Canto (PS): Disse que teriam de ter aqui alguma coerência naquilo que era o trabalho político e o que a bancada do PS tinha nesta AF e, portanto, não poderiam votar favoravelmente, porque o voto no orçamento que tinha sido apresentado para 2021 tinha sido um voto contra. Aqui, o voto seria uma abstenção. E dizia ao Sr. PJF, porque era uma razão muito simples, ficava muito satisfeito, porque, nem tudo o que vinha do PS era mau. Esta questão do subsídio de penosidade e insalubridade, que, estava congelado havia 20 anos, e que tinha sido uma decisão deste Executivo governamental do PS, afinal o Sr. PJF, e muito bem, de acordo com aquilo que foi implementado, já estava proceder em conformidade. Agora o que não podiam concordar era com opções, e que o Sr. PJF, não dissesse que tinha a ver com reforço de rubricas, as quais, já em dezembro, aquando da aprovação do orçamento para 2021, tinham discordado. Portanto, era muito claro e sabido das divergências que tinham e das opções políticas diferenciadas que tinham do Executivo CDU, mas registavam com agrado que o Sr. PJF fosse aplicar a questão do suplemento remuneratório, que era penosidade e insalubridade, dirigido aos assistentes operacionais. E, portanto, por essa razão também, a sua abstenção.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita Célia Duarte (CDS).

Célia Duarte (CDS-PP): Queria dar uma nota, sobre a questão dos reforços das rubricas, e quanto a haver eleições à vista ou não, todos sabiam como era. Sugeria ao Sr. PJF que, se o valor de 3.000,00€ dava apenas para comprar meia dúzia de vassouras, então o melhor seria mudar de fornecedor, porque estava a achar vassouras muito caras, disse.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJF.

O **Sr. PJF** disse não fazer comentários à intervenção da eleita Célia Duarte. Relativamente à questão do eleito Pedro do Canto, confirmou que este orçamento da geringonça, que

tinha a rubrica de dois partidos, o PS e o PC, de não aprovação deste orçamento, só referia e tinha de realçar o fato do Governo ter aprovado e bem, com a consequente descongelamento da situação mas tinha esquecido a parte de transferir o dinheiro, agora tinha de recorrer ao orçamento da JF para satisfazer aquilo que o orçamento de Estado tinha contemplado, mas com a retenção do dinheiro não tinha chegado. Mas além dos trabalhadores merecerem, também a autarquia merecia ser ressarcida desse dinheiro, porque doutra forma era batota.

O **PMAF** passou a palavra ao eleito da CDU, Paulo Basílio.

Paulo Basílio (CDU): Fazia uma chamada de atenção, até para memória futura, e convinha que se dissesse que este subsídio de penosidade e insalubridade fazia parte do orçamento de Estado para 2021, e tinha sido executado pelo Governo do Partido Socialista, mas só fazia parte do orçamento de Estado, porque, para a sua viabilização, o PCP tinha feito disso "pedra de toque". Não tinha sido por iniciativa do PS. Achava que a preocupação do PS para com os trabalhadores não era assim tão importante como para com os banqueiros. Convinha chamar a atenção, para o fato de não se poder entregar os méritos ao PS teve o mérito de executá-lo, mas não teve o mérito da sua aceitação. Resolveram transferir duas verbas para as JFs e para as CMs poderem dar essa benesse aos trabalhadores, porque falando em heróis, esses eram os heróis da vida real, que durante a pandemia, correram os seus riscos e deram o corpo às balas, correndo o risco de adoecer. O estado não fazia nenhum favor, recompensando quem merecia, porque havia muitos a ter belas recompensas e não era por aquilo que tinham feito pelo país.

O **Sr. PMAF** disse que não havendo mais intervenções, passava à votação do ponto nº 4, consultando todas as bancadas sobre o sentido de voto, o que ficou aprovado por maioria com 7 votos a favor das bancadas da CDU e BE e 6 abstenções das bancadas do PS, CDS-PP e Coligação Mais.

----PONTO Nº 5 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO – APROVAÇÃO ----

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao Sr. PJ, visando a apresentação do ponto nº 5.

O **Sr. PJF** agradeceu e passou a palavra à senhora Leonor Alves, Secretária da Junta, dado que a maior intervenção nesta área, tinha sido da sua responsabilidade.

O **Sr. PMAF** disse nada obstar, aproveitando para cumprimentar, a Sr.^a Secretária do Executivo, a quem deu a palavra.

Leonor Alves, Secretária do Executivo: Cumprimentou a todos e disse ser do conhecimento dos eleitos, pela proposta já enviada, que tinha sido analisada e aprovada pela comissão especializada, passando a explicar do que constava a presente alteração. A alteração que propunham era relativa ao espaço junto às vivendas azuis e ao Restaurante Refúgio do Mocho. Estavam a observar alguns problemas relativamente à zona mais antiga, à parte histórica da freguesia, com novos moradores, onde ter um ou dois automóveis em cada agregado era já uma realidade. E, em zonas onde não havia garagens, criava algumas dificuldades nestas zonas, antigas ou históricas, face aos estacionamento. E este era um exemplo. Para quem conhecia a zona, e quando o

restaurante estava aberto, criava grandes dificuldades de estacionamento e de fluidez do trânsito. Havia pedidos da parte dos moradores, para que o Executivo trouxesse à AF a alteração ao regulamento de trânsito, cuja proposta tinha como finalidade introduzir no local uma circulação única do Largo do Sequinho. A proposta era que fosse obrigatório subir a Rua António Sequinho Mocho e quem desce a Rua António Sequinho Mocho, teria de cortar à direita, fazer a circulação única ali naquele largo. No âmbito também da discussão que tinha havido com os moradores, esta solução podia ajudar a disciplinar melhor, não só o estacionamento dos veículos das pessoas que ali moram e dos que também tinham acesso ao restaurante, e que, ao mesmo tempo, pudessem circular com menos confusão. Apesar da apresentação não ser perfeita, dava para perceber a proposta em questão.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à Coordenadora da Comissão de Trânsito e Toponímia para que também se pudesse pronunciar, dado que o assunto tinha ido de facto a essa Comissão específica para tratar destas matérias, sendo uma conquista também deste mandato.

Célia Duarte (CDS-PP): a eleita, como Coordenadora da Comissão de Trânsito e Toponímia, confirmou que a apresentação não era das mais bonitas, mas depois de ir ao local, deu para explicar aos restantes membros, que, no fundo, era fazer de um parque de estacionamento do Refúgio do Mocho como se fosse uma placa no sentido do trânsito circular através dessa placa imaginando que aquele estacionamento seria uma rotunda, com obrigação de contornar para não haver o trânsito nos dois sentidos. Depois de ultrapassadas estas dificuldades a Comissão dava um parecer favorável.

O **Sr. PMAF** agradeceu a disponibilidade que emanava da responsabilidade da Comissão fazer essas movimentações e diligências para compreender a informação que o Executivo fazia chegar à AF, neste caso, para baixar à Comissão. Não havendo intervenções, passou à votação, questionando qual o sentido de voto.

O **Sr. PMAF** informou que como eleito o sentido de voto da bancada da Coligação Mais, manifestado em sede própria na Comissão, era favorável, tal como informação da bancada do PS, que já tinha sido consensualizado pela sua representante na Comissão de Trânsito com voto a favor e assim o ponto nº 5, referente à alteração ao regulamento de trânsito era aprovado por unanimidade, com votos a favor de todas as bancadas.

----- PUNTO Nº 6 – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE PUBLICIDADE E OVP (PEQUENO COMÉRCIO LOCAL), RENDAS DE QUIOSQUES E MERCADOS, NO AMBITO DO SURTO COVID 19 – APROVAÇÃO -----

O **Sr. PMAF** passou então a palavra ao Sr. PJF, para fazer a apresentação do ponto.

O **Sr. PJF** disse que este era mais um ponto que vinha na sequência daquilo que tinham vindo a fazer nas últimas assembleias, que era permitir um apoio ao pequeno comércio. Estava de acordo que este esforço fosse repartido por todos e, portanto, também a JF, nesta ação de solidariedade, com a proposta que trazia a esta AF, embora a JF ficasse com menos recursos, cerca de 9, a 10.000,00€, que se traduzia nalgum investimento, que não o podiam fazer, a não ser retirar do próprio orçamento, no entanto, sabiam que era por uma boa causa, ajudar aqueles que também neste momento atravessavam um momento de dificuldade. Aquilo que trazia à AF, era que até à próxima Sessão de 18 de junho, não

queria dizer que depois não fosse prorrogada, se mantivesse aquilo que tinha vindo a ser a prática ao longo destes meses, que era a isenção das taxas referidas no ponto nº 6.

O **Sr. PMAF** passou a palavra à eleita Célia Duarte (CDS-PP).

Célia Duarte (CDS-PP): Relativamente a esta proposta de isenção das taxas, logo no início da pandemia, o CDS já tinha feito essa recomendação e tinham dado sempre o seu parecer favorável. O Sr. PJ tinha referido o que, quanto a si, iria confirmar, esta proposta vinha marcada no tempo, só se referia aos meses de maio e junho do corrente ano. No entanto, como tinham dito no início desta crise, desde que a JF pudesse acomodar financeiramente estas isenções e porque, devido à crise que continuavam a atravessar, se revestir de justiça social, elas deveriam ser prolongadas no tempo. Contudo, era como o Sr. PJF tinha dito, iria reavaliar a situação em junho.

O **Sr. PMAF** passou a palavra ao eleito da CDU, Paulo Basílio.

Paulo Basílio (CDU): No que dizia respeito a esta proposta, todos os sentimentos eram unânimes no que dizia respeito a esta situação da Covid19, estavam envolvidos nesta situação. Ajudar quem mais sofria, a nível do pequeno comércio, nunca seria demais. Mesmo que isso implicasse algum impacto financeiro na gestão corrente da JF.

Quanto à questão temporal, fazia todo o sentido que fosse reavaliado, consoante, em termos executáveis, entre as várias assembleias, desta vez, até dia 30 de junho, e na altura correta, fariam a reavaliação da situação, A situação podia melhorar senão cá estariam para contribuir, do ponto de vista solidário, que era uma obrigação do ponto de vista político, estavam com todos aqueles que sofriam com toda esta situação pandémica. Sendo assim, votariam a favor.

O **Sr. PMAF** disse estarem reunidas as condições para procederem à votação do ponto nº 6. Pediu a todas as bancadas que se pronunciassem em relação ao sentido de voto, o que resultou na aprovação por unanimidade da Isenção do Pagamento de Taxas de Publicidade e Ocupação da Via Pública.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente Fábio Mousinho Pinto, declarou encerrada a sessão sendo que a ata em minuta, depois de lida pelo Sr. Secretário da Mesa, seria colocada à votação, aprovada e seria assinada pela Mesa (Presidente e Secretários).

ATA EM MINUTA (sessão realizada por videoconferência)

- Ponto nº 1 da ordem de trabalhos: Atas das Sessões de 30/09/2020 e 18/12/2020.
- Na discussão da ata nº 3 de 30/09/2020, intervieram o Sr. PAF e o eleito Pedro do Canto, do PS.
- Após a discussão sobre a ata nº 3 de 30/09/2020, o Sr. PAF colocou o ponto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 9 votos a favor. O ponto foi aprovado por unanimidade dos membros presentes na AFV.

- Na discussão da ata nº 4 de 18/12/2020, intervieram o Sr. PAF e o eleito Pedro do Canto, do PS.
- Após a discussão da ata nº 4 de 18/12/2020, o Sr. PAF colocou o ponto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 10 votos a favor.
- O Ponto foi aprovado por unanimidade dos membros presentes na AFV.
- Ponto nº 3 da ordem de trabalhos: Mapa dos fluxos de caixa, contas de 2020 – Incorporação do Saldo.
- Na discussão intervieram o Sr. PAF, Sr. PJF, o eleito Pedro do Canto do PS, o eleito Fábio Mousinho Pinto, da Coligação Mais, o eleito Paulo Basílio da CDU.
- Após a discussão deste ponto, o Sr. PAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 6 votos a favor da bancada da CDU, 7 abstenções, (4 do PS, 1 do BE, 1 da Coligação Mais e 1 do CDS-PP).
- O Ponto nº 3 da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria pela AFV, reunida a 23 de abril 2021, com a seguinte Nota “este Ponto careceu de esclarecimento adicional na próxima AF, feito por alguém habilitado, técnico, ou do Executivo da Junta, ou alguém que seja nomeado para tal”.
- Ponto nº 4 da ordem de trabalhos: 1ª revisão orçamental ao Orçamento e GOP de 2021. - Na discussão intervieram o Sr. PAF, o Sr. PJF, a eleita Célia Duarte do CDS-PP, o eleito Pedro do Canto do PS, o eleito Paulo Basílio da CDU.
- Após a discussão deste Ponto, o Sr. PAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 7 votos a favor, (6 votos a favor da CDU, 1 voto do BE) e 6 abstenções, (4 do PS, 1 da Coligação Mais e 1 do CDS-PP).
- O Ponto nº 4 da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria pela AF.
- Ponto nº 5 da ordem de trabalhos: Alteração ao regulamento de trânsito da FV
- Na discussão intervieram o Sr. PAF, o Sr. PJF, a Sr.ª Secretária da JF, Leonor Alves, a Sr.ª Presidente da Comissão de Toponímia, eleita Célia Duarte, do CDS-PP.
- Após a discussão deste Ponto, o Sr. PAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 13 votos a favor, 6 da CDU, 4 do PS, 1 do BE, 1 da Coligação Mais e 1 do CDS-PP.
- O Ponto nº 5 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela AF
- Ponto nº 6 da ordem de trabalhos: Isenção do pagamento de taxas de publicidade e ocupação da via pública, pequeno comércio local, rendas de quiosques e mercados, no âmbito do surto coronavírus COVID19.
- Na discussão, intervieram o Sr. PAF, Sr. PJF, a eleita Célia Duarte do CDS-PP e o eleito Paulo Basílio da CDU.
- Após a discussão deste ponto, o Sr. PAF colocou o assunto em apreço à votação, obtendo-se o seguinte resultado: 13 votos a favor, dos quais foram: 6 votos da CDU, 4 votos do PS, 1 voto do BE, 1 voto da Coligação Mais, 1 voto do CDS-PP.
- O ponto nº 6 da ordem de trabalhos foi aprovado por unanimidade pela AF.

A Mesa da Assembleia de Freguesia
Presidente, Fábio Mousinho Pinto
1ª Secretária, Joana Aruil
2º Secretário, Paulo Nogueira